

Fernando Molica

Bandidos de terno matam mais

Para pegar o mote do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e de outros tantos políticos: se bandido que enfrenta a polícia com fuzil na mão tem que ser morto, o que fazer com magistrados e deputados que usam canetas de grosso calibre para ajudar facções criminosas? Estes também devem ser, digamos, neutralizados? O mesmo se aplicaria a policiais que são cúmplices de traficantes?

Como seria essa neutralização de togados, parlamentares e agentes policiais? Criminosos que usam toga, terno e uniformes não costumam receber policiais a tiros; sua linha de defesa não costuma ser formada por bandidos que atiram ao primeiro sinal de presença da polícia, mas por advogados armados de argumentos, habeas corpus e demais instrumentos garantidos — ainda bem — pelo Estado Democrático de Direito. O problema é que, no escurinho dos gabinetes, suas atitudes viabilizam matanças, estimulam a criminalidade, geram insegurança. Seus crachás matam mais que muitos fuzis.

É justo que desembargador Macário Ramos Juídice Neto, preso ontem; o presidente da Assembleia Legislativa do Rio, Rodrigo Bacellar (União Brasil),

e o ex-deputado TH Joias (ex-MDB) tenham todo o direito de defesa. Mas é injusto que seus supostos aliados no crime — aqueles que usam chinelos vagabundos e fuzis sofisticados nas favelas — não tenham muitas vezes possibilidade de recorrer às mesmas formalidades garantidas em lei.

Evidentemente que não é simples usar argumentos com criminosos que não vacilam em apertar o gatilho na direção de policiais. O problema é a banalização de operações que provocam conflitos a troco de praticamente nada: ou será que alguém acha que não há mais traficantes armados ou venda de drogas ilegais nos complexos do Alemão e da Penha ou em qualquer uma das favelas alvo, nos últimos cinco anos, de mais de cinco mil operações policiais?

Caso seja comprovado o envolvimento de Juídice Neto, Bacellar e TH com o crime organizado, suas prisões terão sido mais relevantes para o enfrentamento do crime do que as sucessivas incursões que provocam desespero, fechamento de postos de saúde e escolas, bloqueio de vias expressas e muitas mortes — de criminosos, de inocentes, de policiais, de crianças.

Não para fugir do óbvio: é impossível que essas quadrilhas consigam tanto armamento e munição sem que haja cumplicidade com o aparelho estatal, não apenas com setores policiais. A venda de drogas e o modelo de conquista, domínio e manutenção de territórios exigem logística, esquemas bem azeitados de fornecimento de cocaína, maconha e munição.

O discurso do pega-mata-come serve apenas para iludir, gerar alguma sensação de segurança, mostrar serviço, forjar uma falsa eficiência no combate ao crime. A sucessão de batalhas travadas cotidianamente mostra o tamanho da inutilidade de um discurso que, com frequência, procura proteger criminosos de alto escalão.

Por mais poderosos que sejam, fuzis não são páreo para canetas utilizadas na Justiça e no universo político. Estas matam muito mais, são responsáveis por tragédias, viabilizam e mantêm uma estrutura estatal comprometida com o crime. Pior são manuseadas por pessoas que costumam encher a boca para pregar o extermínio de outros bandidos, os suspeitos pobres e pretos de sempre.

Tales Faria

Lula e Motta começam acerto e governo poupa R\$ 21 bi

“A situação na Câmara está tranquila para o governo”, afirmou no Cafezinho do Senado o líder governista na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), para surpresa dos interlocutores.

Como assim “tranquila”? O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) não está em pé de guerra com o governo?

Não está mais. Esteve.

Já na segunda-feira, 15, Motta colocou em votação o projeto que libera dos cálculos da meta fiscal os gastos de saúde e educação cobertos com verbas do Fundo Social. No mesmo dia ele deu a largada na fase final da reforma tributária, que acabou sendo aprovada no dia seguinte.

Na terça-feira, Motta comandou a reunião de líderes em que foram adiados para o ano que vem, como queria o governo, dois projetos polêmicos: a Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública (PEC 18/25) e o projeto de lei conhecido como PL Antifacção (PL 5582/25), que foi altera-

do pelo Senado e voltou para a Câmara.

Ainda na terça-feira o presidente da Câmara recebeu em seu gabinete o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com quem fechou os últimos detalhes para aprovação de outro projeto considerado fundamental pelo governo: o corte linear de cerca de 10% na maioria dos gastos tributários.

Esse texto, por si só, resultará numa poupança anual de aproximadamente R\$ 21 bilhões para os cofres públicos, e permitirá fechar o Orçamento de 2026.

O que será que houve? Simples assim: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chamou Motta para um encontro no último domingo, 14. Lula desfraldou a bandeira branca entre o governo e o comandante da Câmara.

A mão estendida do chefe do Executivo veio num momento importante de fragilidade do comandante da Câmara.

Hugo Motta vinha perdendo a capacidade de gerir a Casa. Se via cada vez mais isolado após desentendimentos

com lideranças do governo, da oposição e até do centrão.

Ele também arrumou problemas com o Supremo Tribunal Federal (STF) por causa de desavenças na derrubada dos mandatos dos deputados Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Carla Zambelli (PL-SP). O primeiro, foragido no Estados Unidos, e a segunda, presa na Itália.

No final de semana, as coisas haviam piorado para o presidente da Câmara. Ele se tornou o principal alvo de manifestantes que foram às ruas protestar contra o projeto de nova dosimetria (redução das penas) para condenados pela tentativa de golpe de estado.

A conversa entre Lula e Hugo Motta no domingo permitiu que os dois acertassem, na presença de Fernando Haddad, as votações da agenda econômica nesta reta de final de ano. Haverá apenas uma semana de trabalho do Congresso até o início do recesso parlamentar.

Tudo será diferente entre Hugo Motta e o governo? Foi acertada apenas uma apenas uma trégua.

Dora Kramer*

Armações políticas têm limite na Justiça

A renúncia de Carla Zambelli ao mandato já cassado pela Justiça resultou de uma manobra entre a presidência da Câmara e a defesa da condenada. A ideia era amenizar os danos para ambas as partes: deputados não aprofundariam o desgaste pelo descumprimento de ordem judicial e os advogados tentariam preservar os direitos políticos da cliente.

Não deu certo, como de resto acontece com gambiarras mal ajambradas. O malfeito ficou registrado nos anais do Legislativo e Zambelli, presa na Itália, continuará fora do jogo enquanto durar o cumprimento das penas por duas condenações criminais.

Guardadas as circunstâncias e proporções, o caso remete aos impeachments de dois presidentes que tiveram tratamentos distintos.

Fernando Collor tentou preservar os direitos ao renunciar na última hora, mas não conseguiu porque o processo já estava em andamento no Senado. Dilma Rousseff nem precisou recorrer ao estratagema: a Casa atropelou a Constituição para mantê-la em condições de disputar a eleição seguinte, na qual as urnas de Minas Gerais negaram-lhe o mandato de senadora.

A conclusão é que os atalhos do compadrio político, mais cedo ou mais tarde, por um motivo ou outro, esbarram nos limites da lei ou na vontade do eleitorado.

Alexandre Ramagem, condenado e fugitivo, iria pelo caminho da colega: absolvição na Câmara que aplicaria a ele peso e medida iguais. Diante do alto

lá do Supremo, lhe restaria a renúncia. Duplamente inútil, pela inelegibilidade automática decorrente da condenação e permanência no exterior.

Zambelli e Ramagem estão sob o risco de extradição. Surgem teses segundo as quais os governos da Itália e dos Estados Unidos levariam em conta a complacência da Câmara para negar os pedidos do Brasil.

Ocorre que não há correspondência entre as posições do Legislativo brasileiro e as decisões dos Executivos estrangeiros. Ainda que não sejam mandados de volta, ficarão fora da política brasileira, no que terá sido cumprido o objetivo da lei.

*Jornalista e comentarista de política